



UNIVERSIDADE GRATUITA OU DEMOCRÁTICA?

Maria Beatriz de Carvalho Melo Lobo

Como toda discussão que evolui no tempo e que recebe a coloração política de sua época, o tema do pagamento de mensalidades, por parte dos alunos das classes economicamente favorecidas nas faculdades e universidades públicas, volta constantemente à pauta dos debates, muitas vezes defendido ou criticado por argumentos que se modificam ao sabor do interesse ou da ideologia daqueles que tomam partido, contra ou a favor.

Porém, não se pode deixar de propor novos pontos de vista ou ainda de oferecer novos cálculos para demonstrar que a decisão pelo pagamento é absolutamente defensável, usando-se os mesmos argumentos que normalmente se utilizam para a defesa da gratuidade no ensino superior público.

O primeiro argumento a favor da gratuidade é a pretensa garantia do acesso democrático para os alunos de classes sociais mais baixas ao ensino superior. Essa não é uma questão ética, é uma decisão política. Se a sociedade brasileira, por meio dos seus representantes eleitos, entender que o investimento público no ensino superior é uma opção democratizante e fundamental para o desenvolvimento do país, pode-se oferecer o ensino superior gratuito para todos aqueles que tiverem qualificação acadêmica para tal. A partir do momento em que isso não se torna viável para todos, seja pela questão do custo, seja por qualquer outra, a situação passa a discriminar cidadãos, garantindo a apenas uma minoria esse direito, e não se pode defender que o único mecanismo capaz de garantir o acesso democrático seria o financiamento da instituição pública como gratuita e não o financiamento ao estudante carente.

Outro argumento largamente utilizado é de que não se resolveria o problema do financiamento do ensino superior público com o pagamento das mensalidades. Sempre que são feitos cálculos para provar essa tese, vemos a utilização de valores de mensalidades subestimadas, entre 100,00 e 150,00 reais, o que seria um pagamento irreal, mesmo que se adote os piores parâmetros de qualidade existentes no tão criticado setor privado universitário, considerando-se todos os cursos das áreas de humanas, exatas e biomédicas.

Se imaginarmos que as exigências de qualidade são para valer, esses valores de mensalidades médias propostos não pagariam sequer os indicadores da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que exige 1/3 de professores em tempo integral, mestres e doutores, produção intelectual e pesquisa institucionalizada, mesmo tendo como referência os baixos salários das IES públicas.



Para atender ao pretexto de que as mensalidades das IES públicas cobririam parte insignificante dos seus orçamentos, compara-se o valor a ser arrecadado com essas baixas mensalidades dos alunos de graduação com o orçamento global da instituição, incluindo-se aí, toda a estrutura de pós-graduação, pesquisa, extensão e também o desperdício com o número excessivo de professores e funcionários e com subsídios de transporte interno, refeições, moradia e bolsas para outras atividades.

Quando se quer mostrar que é impossível adequar uma mensalidade ao custo-aluno dessas instituições, utiliza-se, então, a simples divisão do orçamento global pelo número de alunos da graduação, como se eles respondessem por cem por cento das atividades da universidade, chegando-se a valores insuportáveis.

Se o valor arrecadado com a cobrança de mensalidades realistas, por aqueles que podem pagar, pode não ser expressivo ao ser comparado com o gasto global das instituições públicas de ensino superior, em termos absolutos ele pode representar a verdadeira democratização do ensino superior brasileiro para uma camada da população que realmente não pode pagar e que, por se formar em escolas públicas de segundo grau, sem o auxílio de cursos particulares preparatórios, não consegue sucesso nos concorridos vestibulares das instituições gratuitas.

Se multiplicarmos uma mensalidade média de 400,00 reais pela metade dos alunos que estão hoje nas IES públicas e que poderia arcar com esse custo, de acordo com o perfil sócio-econômico divulgado por essas próprias IES, onde, mais de sessenta por cento dos alunos matriculados são oriundos da classe A e B, teríamos a surpreendente soma de 100 milhões de reais mensais, ou 1,2 bilhões anuais, o que poderia representar um repasse mensal do mesmo valor cobrado desses estudantes que podem pagar para 250.000 estudantes carentes, ou ainda 500.000 bolsas de 200,00 reais, que viabilizariam parte da manutenção, no ensino superior privado, do mesmo número de estudantes que o setor público de ensino superior brasileiro atende hoje.

É claro que essas bolsas de 200,00 reais podem não cobrir o custo total da maioria dos cursos existentes, mas significam um auxílio para uma multidão que não recebe hoje nenhum tipo de amparo do governo, apesar de serem cidadãos brasileiros iguais aos outros e de pagarem os impostos que sustentam o setor público de ensino superior.

A tese de que a separação, no Brasil, entre aqueles que podem e aqueles que não podem pagar é de difícil operacionalização, podendo trazer indesejáveis manipulações políticas, colocaria por terra todas as propostas oposicionistas de pagamento de rendas mínimas ou auxílios sociais aos mais carentes.

Já existe no país um sistema eficiente, não de pagamento e cobrança mas, pelo menos, de classificação de necessidades, que é o crédito educativo. Aperfeiçoá-lo e alimentá-lo com esse auxílio seria um grande avanço na democratização do acesso.



Sendo restituível, este crédito poderia ser auto-alimentado e retornar, por meio dos vouchers, ao próprio setor público, uma vez que os alunos poderiam escolher as instituições que receberiam esses valores. Esta prática estimularia a concorrência entre o setor público e privado, melhorando a eficiência do sistema como um todo.

Sabemos, todos, que as argumentações a favor da gratuidade escondem, quase todas elas, o medo de que o governo se desobrigue, a médio prazo, do sustento das universidades públicas e de que esse dinheiro vá financiar instituições privadas cujo único interesse seja o lucro.

A esse medo se responde com uma definição clara do papel do setor público de ensino superior no projeto de desenvolvimento nacional e com a adoção de parâmetros de qualidade mínimos para instituições que queiram se habilitar a receber o financiamento do aluno, criando-se, assim, um incentivo importante para a melhoria contínua do sistema. Isso tudo não é mais novidade para ninguém. Na verdade, é o desabafo de quem vivencia a realidade daqueles que não têm nada em comparação com aqueles que recebem tantos benefícios.

Se a universidade pública gratuita para todos que a freqüentam for o único baluarte possível de democratização do ensino superior no Brasil, espera-se que, pelo menos, se use esse mesmo argumento que existe para mantê-la, não só para aquilo que interessa, mas para acabar, por exemplo, com o pagamento dos seus vestibulares, garantindo, nem que seja por esse aspecto, que todos possam concorrer às suas regalias.

O que se defende aqui, não é esse ou aquele tipo de instituição, e, sim, o estudante. É ele, afinal, que precisa ser atendido, independentemente da universidade em que estude.

Artigo publicado no jornal Folha de São Paulo, Seção Opinião, edição de 06/01/1999, na Revista TREVISAN, edição nº 132, de 02/1999, e inserido no site em 02/2000.